



Da preparação à aprovação

EDITAL VERTICALIZADO

ALEMS

Assembleia Legislativa de Mato Grosso
do Sul

Analista Legislativo
Júridico

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Ortografia e acentuação

Emprego do sinal indicativo de crase

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados

Relação do texto com seu contexto histórico

Denotação e conotação

Discurso direto

Discurso indireto

Discurso indireto livre

Intertextualidade

Figuras de linguagem

Morfossintaxe

Elementos estruturais e processos de formação de palavras

Sinonímia

Antonímia

Pontuação

Pronomes

Concordância nominal

Concordância verbal

Flexão nominal

Flexão verbal

Vozes do verbo

Correlação de tempos verbais

Correlação de modos verbais

Regência nominal

Regência verbal

Coordenação

Subordinação

Conectivos

Redação

Confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas

Organização e reorganização de orações e períodos

Equivalência e transformação de estruturas

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios

Deduzir novas informações a partir das relações fornecidas

Avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura das relações

Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de raciocínio verbal

Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de raciocínio matemático

Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de raciocínio sequencial

Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de orientação espacial

Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de orientação temporal

Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de formação de conceitos

Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de discriminação de elementos

Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz validamente a conclusões determinadas

Números inteiros: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação)

Números racionais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação)

Expressões numéricas

Múltiplos e divisores de números naturais

Problemas

Frações

Operações com frações

Números e grandezas proporcionais: razões e proporções

Divisão em partes proporcionais

Regra de três

Porcentagem

Problemas envolvendo regra de três simples

Problemas envolvendo cálculos de porcentagem

Problemas envolvendo acréscimos e descontos

Noções de Estatística: medidas de tendência central (moda)

Noções de Estatística: medidas de tendência central (mediana)
 Noções de Estatística: medidas de tendência central (média aritmética simples)
 Noções de Estatística: medidas de tendência central (média aritmética ponderada)
 Noções de Estatística: medidas de dispersão (desvio médio)
 Noções de Estatística: medidas de dispersão (amplitude)
 Noções de Estatística: medidas de dispersão (variância)
 Noções de Estatística: medidas de dispersão (desvio padrão)
 Leitura e interpretação de gráficos (histogramas, setores, infográficos)
 Leitura e interpretação de tabelas

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Aplicabilidade das normas constitucionais
 Normas constitucionais de eficácia plena
 Normas constitucionais de eficácia contida
 Normas constitucionais de eficácia limitada
 Normas programáticas
 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
 Direitos e garantias fundamentais
 Direitos e deveres individuais e coletivos
 Direitos sociais
 Direitos de nacionalidade
 Direitos políticos
 Partidos políticos
 Organização político-administrativa do Estado
 Estado federal brasileiro
 União
 Estados
 Distrito Federal
 Municípios
 Territórios
 Poder Executivo
 Atribuições do presidente da República

Responsabilidades do presidente da República

Poder Legislativo

Estrutura do Poder Legislativo

Funcionamento do Poder Legislativo

Atribuições do Poder Legislativo

Processo legislativo

Fiscalização contábil

Fiscalização financeira

Fiscalização orçamentária

Comissões parlamentares de inquérito

Poder Judiciário

Disposições gerais

Órgãos do Poder Judiciário

Organização do Poder Judiciário

Competências do Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Funções essenciais à justiça

Ministério Público

Advocacia Pública

Defensoria Pública

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Noções de organização administrativa

Centralização

Descentralização

Concentração

Desconcentração

Administração direta

Administração indireta

Autarquias

Fundações

Empresas públicas

Sociedades de economia mista

Ato administrativo

Conceito

Requisitos

Atributos

Classificação

Espécies

Agentes públicos

Legislação pertinente

Disposições constitucionais aplicáveis

Disposições doutrinárias

Conceito

Espécies

Cargo público

Emprego público

Função pública

Podere administrativos

Poder hierárquico

Poder disciplinar

Poder regulamentar

Poder de polícia

Uso do poder

Abuso do poder

Licitação

Princípios

Contratação direta

Dispensa de licitação

Inexigibilidade de licitação

Modalidades de licitação

Tipos de licitação

Procedimento

Controle da administração pública

Controle exercido pela administração pública

Controle judicial
Controle legislativo
Responsabilidade civil do Estado
Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro
Responsabilidade por ato comissivo do Estado
Responsabilidade por omissão do Estado
Requisitos para demonstração da responsabilidade do Estado
Causas excludentes da responsabilidade do Estado
Causas atenuantes da responsabilidade do Estado
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)
Lei nº 13.709/2018 (com redação dada pela Lei nº 13.853/2019)

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul
Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul
Resolução nº 65/08, de 17 de dezembro de 2008
Lei nº 6.278, de 16 de julho de 2024
Estatuto dos Servidores do Poder Legislativo
Lei nº 6.279, de 16 de julho de 2024
Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores do Poder Legislativo
Lei Estadual nº 3.150/2005
Lei Complementar Estadual nº 274/2020
Demais alterações supervenientes
Regime de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul (MSPREV)
Elaboração das leis
Redação das leis
Alteração das leis
Consolidação das leis
Revogação das leis
Lei Complementar Estadual nº 105/2003
Decreto Estadual nº 16.338/2023

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

Direito Constitucional

Constitucionalismo

Teoria da Constituição

Poder Constituinte

Teoria da Norma Constitucional

Hermenêutica constitucional

Eficácia das normas constitucionais

Aplicabilidade das normas constitucionais

Constituição de 1988

Conceito

Contexto histórico

Características

Estrutura do texto constitucional

Controle de Constitucionalidade

Lei nº 9.868/1999

Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC)

Lei nº 9.882/1999

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)

Preâmbulo da Constituição

Princípios Fundamentais

Direitos e Garantias Fundamentais

Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Direitos Sociais

Nacionalidade

Direitos Políticos

Partidos Políticos

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)

Decreto nº 591/1992

Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

Decreto nº 592/1992

Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos

Decreto nº 678/1992

Convenção Americana sobre Direitos Humanos

Lei nº 13.188/2015

Direito de Resposta

Organização do Estado

Organização Político-Administrativa

União

Estados

Municípios

Distrito Federal

Territórios

Organização do Estado na Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul

Intervenção

Representação interventiva

Lei nº 12.562/2011

Administração Pública

Disposições gerais

Servidores públicos civis

Servidores públicos militares

Desenvolvimento regional

Poder Legislativo

Congresso Nacional

Câmaras do Congresso Nacional

Assembleia Legislativa

Atribuições

Competências

Reuniões

Comissões

Regime jurídico dos parlamentares

Processo Legislativo

Fiscalização contábil
Fiscalização financeira
Fiscalização orçamentária
Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI)
Lei nº 1.579/1952
Normas subsidiárias
Poder Executivo
Poder Judiciário
Funções Essenciais à Justiça
Súmulas Vinculantes
Lei nº 11.417/2006
Repercussão Geral da Questão Constitucional
Lei nº 11.418/2006
Crimes de Responsabilidade
Lei nº 1.079/1950
Abuso de Autoridade
Lei nº 13.869/2019
Defesa do Estado e das Instituições Democráticas
Ordem Econômica e Financeira
Ordem Social
Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias
Processo legislativo constitucional
Comissões parlamentares
Comissões permanentes
Composição
Competências constitucionais
Comissões parlamentares de inquérito
Requisitos
Competências
Abrangência
Limitações
Regulação constitucional do processo legislativo
Espécies legislativas

Poder de iniciativa

Quórum

Ritos

Urgência constitucional

Sanção

Veto

Exigências

Vedações

Papel do Presidente da República no processo legislativo

Papel do Governador no processo legislativo

Políticas públicas

Programas governamentais

Processo legislativo

Reforma constitucional federal

Reforma constitucional estadual

Elaboração, redação, alteração, consolidação e revogação das leis

Lei Complementar nº 95/1998

Controle do Poder Executivo pelo Congresso Nacional

Controle do Poder Executivo pela Assembleia Legislativa

Sustação de atos normativos

Julgamento de contas

Pedidos de informação

Comparecimento de Ministros de Estado

Comparecimento de Secretários de Estado

Direito Administrativo

Noções introdutórias

Administração Pública

Princípios do Direito Administrativo

Princípios da Administração Pública

Reformas administrativas

Organização da Administração

Entidades paraestatais

Terceiro Setor

Administração Pública na Constituição Federal

Estatuto jurídico das empresas estatais

Lei nº 13.303/2016

Consórcios Públicos

Lei nº 11.107/2005

Organizações Sociais

Lei nº 9.637/1998

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)

Lei nº 9.790/1999

Parcerias com organizações da sociedade civil

Lei nº 13.019/2014

Poderes e deveres administrativos

Uso e abuso de poder

Atos administrativos

Processo Administrativo Federal

Lei nº 9.784/1999

Lei Estadual nº 6.490/2025

Controle interno da Administração

Controle externo da Administração

Lei Anticorrupção

Lei nº 12.846/2013

Lei do Abuso de Autoridade

Lei nº 13.869/2019

Responsabilidade civil do Estado

Responsabilidade civil dos prestadores de serviços públicos

Serviços públicos

Concessão

Permissão

Lei nº 8.987/1995

Parcerias Público-Privadas

Lei nº 11.079/2004

Bens públicos

Regime jurídico na CRFB/88
Regime jurídico no Código Civil
Lei nº 10.406/2002
Improbidade Administrativa
Intervenção do Estado na propriedade
Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional
Decreto-Lei nº 25/1937
Desapropriação por utilidade pública
Decreto-Lei nº 3.365/1941
Desapropriação por interesse social
Lei nº 4.132/1962
Atuação do Estado no domínio econômico
Regime jurídico-administrativo na LINDB
Decreto-Lei nº 4.657/1942
Decadência
Prescrição
Decreto nº 20.910/1932
Decreto-Lei nº 4.597/1942
Lei de Acesso à Informação
Lei nº 12.527/2011
Código de Defesa do Usuário do Serviço Público
Lei nº 13.460/2017

Licitações e Contratos
Normas gerais
Definições
Princípios
Vedações
Lei nº 14.133/2021
Tratamento diferenciado e favorecido
Direito de preferência
Margem de preferência
Lei Complementar nº 123/2006

Lei nº 8.248/1991

Planejamento e execução

Projeto

Projeto básico

Projeto executivo

Documentação as built

Orçamento base de referência

Custos unitários

Custos globais

Bonificações e despesas indiretas (BDI)

Previsão orçamentária

Previsão financeira

Modalidades de licitação

Tipos de licitação

Regime de execução

Parcelamento do objeto

Fracionamento de despesa

Serviços técnicos profissionais especializados

Serviços com alocação de mão de obra

Serviços de publicidade

Lei nº 12.232/2010

Compras

Sistema de Registro de Preços

Contratação direta

Dispensa de licitação

Inexigibilidade de licitação

Procedimento licitatório

Edital de licitação

Publicação

Impugnações

Habilitação

Julgamento de propostas

Homologação

Revogação da licitação
Anulação da licitação
Adjudicação
Contratos administrativos
Noções gerais
Formalização
Cláusulas necessárias
Cláusulas exorbitantes
Prestação de garantia
Duração dos contratos
Prorrogação de prazos
Nulidade
Execução dos contratos
Alteração dos contratos
Inexecução contratual
Rescisão contratual
Sanções administrativas
Tutela judicial
Aspectos penais
Recursos administrativos
Convênios administrativos
Instrumentos de cooperação
Lei nº 13.019/2014
Pregão presencial
Pregão eletrônico
Tribunal de Contas do Estado
Fiscalização e controle externo nas licitações e contratações públicas

Agentes públicos
Regime jurídico-constitucional dos agentes públicos
Normas infraconstitucionais
Lei Estadual nº 6.278/2024
Lei Estadual nº 6.279/2024

Lei nº 8.745/1993
Cargo público
Requisitos para investidura
Formas de provimento
Nomeação
Concurso público
Posse
Exercício
Acumulação de cargos
Estabilidade
Readaptação
Reversão
Reintegração
Recondução
Disponibilidade
Aproveitamento
Vacância
Remoção
Redistribuição
Substituição
Vencimento
Remuneração
Indenizações
Gratificações
Adicionais
Férias
Licenças
Afastamentos
Concessões
Tempo de serviço
Direito de petição
Regime disciplinar
Lei nº 12.813/2013

Processo Administrativo Disciplinar
Seguridade social
Jurisprudência relativa à gestão de pessoas
Súmulas Vinculantes
Súmulas do STF
Súmulas do STJ

Direito Processual Civil
Normas processuais civis
Direito de ação
Teorias do direito de ação
Condições da ação
Elementos da ação
Processo
Conceito de processo
Relação jurídico-processual
Princípios processuais
Jurisdição
Competência
Sujeitos do processo
Partes
Procuradores
Juiz
Auxiliares da justiça
Ministério Público
Advocacia pública
Defensoria pública
Litisconsórcio
Intervenção de terceiros
Negócio jurídico processual
Atos processuais
Forma
Tempo

Lugar
Prazos
Comunicação dos atos processuais
Nulidades
Distribuição
Registro
Tutela provisória
Formação do processo
Suspensão do processo
Extinção do processo
Petição inicial
Valor da causa
Improcedência liminar do pedido
Audiência de mediação e conciliação
Respostas do réu
Revelia
Providências preliminares
Julgamento conforme o estado do processo
Audiência de instrução e julgamento
Provas
Sentença
Liquidação de sentença
Coisa julgada
Cumprimento de sentença
Consignação em pagamento
Ação de exigir contas
Ações possessórias
Embargos de terceiro
Oposição
Ação monitória
Procedimentos de jurisdição voluntária
Disposições gerais
Notificação

Interpelação
Processo de execução
Princípios da execução
Disposições gerais
Sujeitos processuais
Competência na execução
Título executivo
Exigibilidade da obrigação
Responsabilidade patrimonial
Execução em espécie
Ordem dos processos
Processos de competência originária dos tribunais
Recursos
Fundamento dos recursos
Conceito de recurso
Princípios recursais
Classificação dos recursos
Efeitos dos recursos
Juízo de admissibilidade
Juízo de mérito
Recursos em espécie
Apelação
Agravo de instrumento
Agravo interno
Embargos de declaração
Recurso ordinário constitucional
Recurso especial (REsp)
Recurso extraordinário (RE)
Agravo em RE
Agravo em REsp
Embargos de divergência
Lei nº 8.038/1990
Processos originários no STJ e no STF

Lei nº 8.437/1992

Medidas cautelares contra atos do poder público

Lei nº 9.099/1995

Juizados Especiais Cíveis

Lei nº 9.494/1997

Tutela antecipada contra a Fazenda Pública

Lei nº 9.507/1997

Direito de acesso a informações

Rito do habeas data

Lei nº 10.259/2001

Juizados Especiais Cíveis Federais

Lei nº 11.417/2006

Súmula vinculante

Lei nº 11.419/2006

Informatização do processo judicial

Lei nº 12.016/2011

Mandado de segurança

Lei nº 13.300/2016

Mandado de injunção

Direito Civil

Evolução do Direito Civil

Constitucionalização do Direito Civil

Características

Princípios

LINDB

Decreto-Lei nº 4.657/1942

Pessoas naturais

Personalidade

Capacidade

Direitos da personalidade

Ausência

Pessoas jurídicas

Teoria geral
Classificação e espécies
Desconsideração da personalidade jurídica
Domicílio
Bens
Fatos jurídicos
Negócio jurídico
Atos ilícitos
Prescrição
Decadência
Prova
Direito das obrigações
Noções gerais
Modalidades
Transmissão
Adimplemento
Extinção
Inadimplemento
Juros
Correção monetária
Contratos
Teoria geral
Contratos em espécie
Atos unilaterais
Responsabilidade civil
Preferências e privilégios creditórios
Direito das coisas
Empresário
Direito de empresa
Sociedades
Classificação
Sociedade limitada
Sociedade anônima

Lei nº 6.404/1976

Sociedades por ações

Propriedade imaterial

Lei nº 9.610/1998

Direitos autorais

Direito Financeiro e Tributário

Conceitos

Objeto

Princípios

Fontes

Sistema Tributário Nacional na Constituição Federal

Princípios gerais

Limitações ao poder de tributar

Emenda Constitucional nº 132/2023

Reforma Tributária

Impostos da União

Impostos dos Estados

Impostos do Distrito Federal

Impostos dos Municípios

Novos tributos

Regime de transição

Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)

Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)

Imposto Seletivo (IS)

Alterações nos impostos sobre o patrimônio

IPVA

ITCMD

IPTU

Repartição das receitas tributárias

Novos fundos constitucionais

Direito Financeiro

Orçamento público

PPA

LDO

LOA

Lei nº 4.320/1964

Normas gerais de direito financeiro

Receitas públicas

Despesas públicas

Crédito público

Responsabilidade na gestão fiscal

Lei Complementar nº 101/2000

Legislação tributária

Disposições gerais

Vigência

Aplicação

Interpretação

Integração

Código Tributário Nacional

Lei nº 5.172/1966

Obrigação tributária

Conceito

Fato gerador

Sujeito ativo

Sujeito passivo

Responsabilidade tributária

Código Tributário de Mato Grosso do Sul

Lei Estadual nº 1.810/1997

Crédito tributário

Conceito

Constituição

Suspensão

Extinção

Exclusão

Garantias

Privilégios

Administração tributária

Comitê Gestor do IBS

Processo administrativo fiscal

Processo judicial tributário

Lei nº 6.830/1980

Execução fiscal

Lei nº 8.397/1992

Medida cautelar fiscal

Punibilidade em matéria tributária

Lei nº 4.729/1965

Sonegação fiscal

Lei nº 8.137/1990

Jurisprudência relativa ao direito financeiro e tributário

Súmulas vinculantes

Súmulas do STF

Súmulas do STJ

Direito Penal e Processo Penal

Noções gerais

Princípios penais

Lei penal

Fontes

Classificação

Interpretação

Aplicação no tempo

Aplicação no espaço

Imunidades substanciais

Imunidades formais

Teoria geral do crime

Conceitos

Classificação

Conduta

Resultado
Nexo de causalidade
Tipo
Tipicidade
Dolo
Culpa
Crime preterdoloso
Antijuridicidade
Culpabilidade
Erro de tipo
Erro de proibição
Consumação
Tentativa
Concurso de pessoas
Sanção penal
Penas privativas de liberdade
Dosimetria da pena
Penas restritivas de direitos
Penas pecuniárias
Concurso de crimes
Suspensão condicional da pena
Livramento condicional
Efeitos da condenação
Reabilitação
Medidas de segurança
Extinção da punibilidade
Prescrição
Crimes contra a pessoa
Crimes contra o patrimônio
Crimes contra a organização do trabalho
Crimes contra a propriedade imaterial
Crimes contra o sentimento religioso
Crimes contra o respeito aos mortos

Crimes contra a dignidade sexual
Crimes contra a paz pública
Crimes contra a fé pública
Crimes contra a Administração Pública
Crimes contra o Estado Democrático de Direito
Lei nº 7.716/1989
Crimes de racismo
Lei nº 8.072/1990
Crimes hediondos
Lei nº 10.826/2003
Estatuto do desarmamento

Direito Processual Penal
Princípios e garantias processuais
Sistemas processuais
Aplicação da lei processual penal no tempo
Aplicação da lei processual penal no espaço
Interpretação da lei processual penal
Investigação criminal
Ação penal
Ação civil ex delicto
Jurisdição
Competência
Processo penal
Natureza
Objeto
Pressupostos
Sujeitos processuais
Questões e processos incidentes
Comunicação dos atos processuais
Prova
Lei nº 9.296/1996
Interceptação telefônica

Lei nº 12.850/2013

Organizações criminosas

Prisão

Medidas cautelares

Liberdade provisória

Lei nº 7.960/1989

Prisão temporária

Procedimento comum ordinário

Sentença

Coisa julgada

Procedimento sumário

Procedimento nos juizados especiais criminais

Lei nº 9.099/1995

Juizados Especiais Criminais

Lei nº 10.259/2001

Juizados Especiais Criminais Federais

Procedimento dos crimes praticados por funcionários públicos

Procedimento dos crimes contra a honra

Procedimento dos crimes de abuso de autoridade

Lei nº 13.869/2019

Procedimento dos crimes praticados mediante violência doméstica e familiar contra a mulher

Lei nº 11.340/2006

Lei Maria da Penha

Nulidades dos atos processuais

Recursos

Fundamento

Conceito

Princípios

Classificação

Efeitos

Juízo de admissibilidade

Juízo de mérito

Recursos em espécie

Apelação

Recurso em sentido estrito

Embargos de declaração

Embargos infringentes e de nulidades

Carta testemunhável

Correição parcial

Agravo em execução

Recurso ordinário constitucional

Recurso especial (REsp)

Recurso extraordinário (RE)

Agravo em RE

Agravo em REsp

Lei nº 8.038/1990

Processos originários no STJ e no STF

Embargos de divergência

Habeas corpus

Revisão criminal

Mandado de segurança em matéria criminal

Reclamação constitucional

Direito do Trabalho, Processual do Trabalho e Seguridade Social

Normas gerais

Fontes

Princípios

Relação empregatícia

Sujeitos da relação de trabalho

Terceirização

Relações de trabalho sem vínculo empregatício

Contrato individual de trabalho

Formação

Alteração

Interrupção

Suspensão
Extinção
Jornada de trabalho
Períodos de descanso
Trabalho noturno
Teletrabalho
Remuneração
Salário
Férias
Estabilidade
Garantia de emprego
FGTS
Aviso prévio
Prescrição
Decadência
Segurança e medicina do trabalho
Responsabilidade civil na relação de trabalho
Dever de indenizar
Proteção do trabalho da mulher
Proteção do trabalho do menor
Direito coletivo do trabalho
Princípios do direito coletivo
Liberdade sindical
Entidades sindicais
Enquadramento sindical
Contribuição sindical
Negociação coletiva
Lei nº 7.783/1989
Direito de greve
Organização da justiça do trabalho
Jurisdição
Competência
Processo do trabalho

Atos
Termos
Prazos
Local dos atos processuais
Comunicações
Nulidades
Sujeitos do processo
Dissídios individuais
Dissídios coletivos
Recursos
Execução trabalhista
Procedimentos especiais no processo do trabalho

Seguridade Social na Constituição Federal de 1988
Conceitos fundamentais
Organização
Princípios constitucionais
Saúde
Previdência
Assistência social

Saúde pública e SUS
Lei nº 8.080/1990
Lei nº 8.142/1990
Princípios do SUS
Diretrizes do SUS
Financiamento do SUS
Controle social do SUS

Regimes previdenciários
Regime Geral de Previdência Social (RGPS)
Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)
Regime de Previdência Complementar (RPC)

Lei Complementar nº 109/2001

Lei Complementar nº 108/2001

Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul (MSPREV)

Lei Estadual nº 3.150/2005 e alterações

Lei Complementar Estadual nº 261/2018

Prevcom-MS

Seguridade social no âmbito do Poder Legislativo de MS (Lei nº 6.278/2024)

Disposições gerais

Previdência social do servidor

Caráter contributivo

Filiação obrigatória

Benefícios previdenciários do servidor público

Aposentadoria voluntária

Aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho

Aposentadoria compulsória

Pensão por morte

Beneficiários

Regras de cálculo

Cotas

Abono de permanência

Assistência à saúde do servidor

Assistência médica

Assistência hospitalar

Assistência odontológica

Assistência psicológica

Assistência farmacêutica

Auxílio saúde

Prestação pelo SUS

Custeio da seguridade social

Fontes de financiamento

Contribuições previdenciárias

Equilíbrio financeiro

Equilíbrio atuarial

Lei Federal nº 9.717/1998

Regras gerais dos RPPS

Direito Eleitoral

Lei nº 4.737/1965

Código Eleitoral

Lei Complementar nº 64/1990

Lei de Inelegibilidades

Lei nº 9.096/1995

Lei dos Partidos Políticos

Emenda Constitucional nº 133/2024

Cotas de gênero e raciais

Imunidades tributárias

Federações partidárias

Lei nº 14.208/2021

Lei nº 9.504/1997

Lei das Eleições

Direito de resposta

Lei nº 14.192/2021

Lei nº 9.709/1998

Direito Ambiental

Princípios do Direito Ambiental

Desenvolvimento sustentável

Poluidor-pagador

Prevenção

Precaução

Usuário-pagador

Cooperação

Vedação ao retrocesso

Participação comunitária

Competências em matéria ambiental

Repartição constitucional de competências

Competência legislativa

Competência material

Papel suplementar dos Estados

Proteção do meio ambiente na Constituição Federal

Art. 225

Proteção do meio ambiente na Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul

Art. 217 e seguintes

Política Nacional do Meio Ambiente

Lei nº 6.938/1981

SISNAMA

Instrumentos de gestão

Legislação estadual de proteção ambiental

Lei Estadual nº 2.257/2001

Sistema Estadual de Meio Ambiente e controle ambiental

Licenciamento ambiental

Lei Complementar nº 140/2011

Competências para licenciar

Licenciamento no âmbito estadual

IMASUL

Avaliação de impacto ambiental

EIA/RIMA

Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)

Lei nº 9.985/2000

Código Florestal

Lei nº 12.651/2012

Áreas de Preservação Permanente (APP)

Reserva legal

Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Lei do Pantanal

Lei Estadual nº 6.160/2023

Regime de proteção

Uso sustentável

Atividades permitidas na Área de Uso Restrito da Planície Pantaneira

Política Nacional de Recursos Hídricos

Lei nº 9.433/1997

Política Nacional de Resíduos Sólidos

Lei nº 12.305/2010

Logística reversa

Mudanças climáticas

Política Nacional de Mudanças Climáticas

Lei nº 12.187/2009

Política Estadual de Mudanças Climáticas de MS

Lei Estadual nº 4.555/2014

Mercado de carbono

Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)

Direito ambiental urbano

Estatuto da Cidade

Lei nº 10.257/2001

Responsabilidade por dano ambiental

Responsabilidade civil

Responsabilidade administrativa

Responsabilidade penal

Lei nº 9.605/1998

Direitos Difusos e Coletivos

Teoria geral da tutela coletiva

Interesses difusos

Interesses coletivos

Interesses individuais homogêneos

Princípios

Microsistema de tutela coletiva

Ação civil pública

Lei nº 7.347/1985

Objeto

Legitimação

Competência

Sentença
Coisa julgada
Execução
Ação popular
Lei nº 4.717/1965
Mandado de segurança coletivo
Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

Direito do Consumidor
Fundamentos constitucionais
Campo de aplicação do CDC
Relação de consumo
Consumidor
Fornecedor
Produto
Serviço
Princípios e direitos básicos
Boa-fé
Informação
Transparência
Vulnerabilidade
Responsabilidade civil no CDC
Vício do produto
Vício do serviço
Fato do produto
Fato do serviço
Acidente de consumo
Prazos prescricionais
Prazos decadenciais
Desconsideração da personalidade jurídica
Práticas comerciais
Oferta
Publicidade enganosa

Publicidade abusiva
Práticas abusivas
Cobrança de dívidas
Bancos de dados e cadastros de consumidores
Lei nº 12.414/2011
Cadastro Positivo
Proteção contratual
Cláusulas abusivas
Contratos de adesão
Prevenção e tratamento do superendividamento
Lei nº 14.181/2021
Defesa do consumidor em juízo
Sanções administrativas
Estatuto da Criança e do Adolescente
Lei nº 8.069/1990
Direitos fundamentais
Medidas de proteção
Acesso à justiça
Estatuto da Pessoa Idosa
Lei nº 10.741/2003
Estatuto da Pessoa com Deficiência
Lei Brasileira de Inclusão
Lei nº 13.146/2015
Capacidade civil
Acessibilidade
Direitos fundamentais
Direitos dos Povos Indígenas
Lei nº 6.001/1973
Proteção constitucional
Tutela coletiva do Direito à Saúde
SUS
Tutela coletiva do Direito à Educação
LDB

ESTUDE COM O APROVA

Se você sonha em conquistar uma vaga em um dos concursos mais cobiçados do Brasil, o **Aprova Concursos** está aqui para te ajudar! Nosso curso preparatório é totalmente direcionado ao edital e às exigências da banca organizadora.

O **Aprova** oferece a melhor preparação até o dia da prova!

Nós te ensinamos a marcar o "x" na alternativa certa. Com **videoaulas objetivas**, **plano de estudos estratégico** e **acesso imediato ao conteúdo**, você se prepara de forma eficiente, economizando tempo e aumentando as chances de aprovação.



Conheça nosso preparatório para este concurso!

Marque o "x" na resposta certa.

EU QUERO!

Blog do Aprova

Quer ficar por dentro dos concursos? Nosso Blog tem de tudo: editais publicados em todo Brasil, retificações, etapas e locais de prova, dicas de estudo, materiais de revisão e muito mais. Informação confiável, *direto ao ponto!*

[ABRIR BLOG](#)

Concursos abertos e previstos

Tem muita vaga vindo aí, concurseiro! Acompanhe os concursos abertos e os que estão prestes a sair no seu estado e região. Não perca nenhuma oportunidade.

[QUERO SABER](#)

Redes Sociais

Siga o Aprova nas redes e fique por dentro de tudo em tempo real. Confira novidades, desafios divertidos e diversos conteúdos gratuitos para você todos os dias!



BONS ESTUDOS!